

TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

RESULTADOS 2023-2026

TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO
SNAI
4 ANOS
2023-2026

Controladoria-Geral da União
Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 5, Bloco A
Ed. Multibrasil, Brasília/DF - CEP: 70.070-050
cgu@cgu.gov.br

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro da Controladoria-Geral da União

EVELINE MARTINS BRITO
Secretária-Executiva

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

FERNANDA ALVARES DA ROCHA
Corregedora-Geral da União

VALDIRENE PAES DE MEDEIROS
Ouvidora-Geral da União

MARCELO PONTES VIANNA
Secretário de Integridade Privada

PATRICIA ALVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA
Secretária de Integridade Pública

LIVIA OLIVEIRA SOBOTA
Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Diretores
Cibelle Brasil
Marcelo Vidal
Suzanna Louzada

Coordenadores-gerais
Fernanda Calado
Frederico de Paula
Guilherme Fortuna
Isabella Brito
Larissa Andrade
Otavio Neves
Paula Carvalho

Equipe de conteúdo
Marcelo Cafrune
Tatiana Cabral
Isabella Batista
Carolina Gibon
Miriam Jacob
Maria Eduarda Alves
Tiago Ximenes

COMO NAVEGAR NESTA PUBLICAÇÃO



A colmeia no rodapé de cada página mostra em que parte da política você está.

- **Informa.BR: A porta de entrada para tudo**
- **Transparência passiva: Pedidos de acesso à informação e informações classificadas**
- **Transparência ativa: Portal da Transparência, páginas de governo e dados abertos**

SOBRE OS DADOS

Salvo indicação em contrário, os dados desta publicação referem-se ao período de 1º de janeiro de 2023 a 30 de setembro de 2026.

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social • Ascom / CGU
Permitida a reprodução desta obra, de forma parcial ou total, sem fins lucrativos, desde que citada a fonte ou endereço da internet no qual pode ser acessada integralmente em sua versão digital.
Copyright © 2026 Controladoria-Geral da União

APRESENTAÇÃO

INFORMAÇÃO PÚBLICA É DIREITO DE TODO MUNDO

Saber como o dinheiro público é gasto, entender uma decisão de governo, ter acesso a documentos e dados públicos. Esse é o direito de acesso à informação, garantido pela Constituição de 1988 e regulado pela Lei de Acesso à Informação (LAI), vigente desde 2012.

A Política de Transparência e Acesso à Informação (PTAI) do governo federal existe para que esse direito funcione no dia a dia. Envolve mais de 300 órgãos e entidades e é coordenada pela Controladoria-Geral da União (CGU).

No ciclo 2023-2026, a política virou decreto e ganhou uma secretaria dedicada: a Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação (SNAI). Os trabalhos de transparência, acesso à informação, dados abertos e governo aberto foram unificados sob a responsabilidade da SNAI, o que ampliou sinergias e acelerou resultados, como mostram as páginas a seguir.

Agora é preciso seguir avançando. Um ambiente informacional em rápida transformação exige instituições cada vez mais preparadas para produzir, organizar, compartilhar e, quando necessário, proteger a informação pública. As plataformas de transparência devem se tornar ainda mais fáceis de usar. E a LAI, que completa 15 anos de vigência em 2027, tem de se tornar realidade em todos os municípios brasileiros.

1988 Constituição garante o direito

2004 Portal da Transparência

2012 Lei de Acesso à Informação entra em vigor

2016 Política de Dados Abertos

2019 Política Nacional de Governo Aberto

2023 Criação da SNAI e instituição da PTAI

2026 Informa.BR

UM CAMINHO MAIS SIMPLES ATÉ A INFORMAÇÃO PÚBLICA

INFORMA.BR



O Informa.BR é a nova plataforma que integra, em um só lugar, as ferramentas de transparência ativa, transparência passiva e dados abertos.

Com apoio da inteligência artificial, o Informa.BR facilita a busca por informações já disponíveis em diferentes fontes oficiais: o Portal da Transparência, o Portal Brasileiro de Dados Abertos, os sites dos órgãos públicos e a Busca LAI, que reúne pedidos já respondidos. Quando a informação desejada não é encontrada, as pessoas podem fazer um pedido de acesso à informação.

POR QUE JUNTAR BUSCA E PEDIDO?

Antes, quem procurava informação pública tinha diversos caminhos separados: os sites do governo, com o que já estava publicado (transparência ativa), e outro sistema para fazer pedidos de acesso à informação (transparência passiva). O Informa.BR juntou os dois.

Para quem pergunta. A informação publicada aparece na hora e serve a todos.

Para quem responde. Menos pedidos repetidos e mais tempo para os casos complexos.

O pedido continua. É um direito e garante o acesso a informações específicas. Também mostra o que a sociedade mais quer saber, para o governo avaliar a possibilidade de publicar em transparência ativa.

TUDO CONVERGE PARA UM SÓ LUGAR



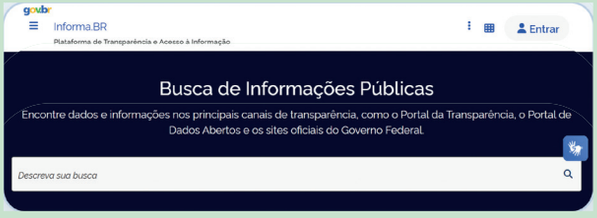
Você não precisa conhecer a estrutura dos órgãos públicos nem saber em qual sistema pesquisar. Comece pelo que deseja saber.

COMO FUNCIONA

1 BUSQUE PRIMEIRO

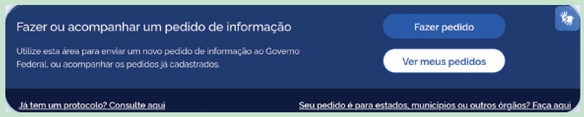
Escreva o que você quer saber, com suas palavras.

O Informa.BR procura a resposta no que já foi publicado.



2 PEÇA NO MESMO LUGAR

Se a resposta ainda não estiver publicada, faça ali mesmo um pedido de acesso à informação e acompanhe até o fim.



Experimente agora o Informa.BR

O CAMINHO DO DINHEIRO PÚBLICO

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Desde 2004, o Portal mostra a execução de cada centavo do orçamento público, atualizada todos os dias, sem que ninguém precise pedir. De acesso livre e com navegação simplificada, a ferramenta reúne em um só lugar informações que estão espalhadas por diversos órgãos e em 38 bases de dados de sistemas de governo.

R$ 5,7 tri
por ano de orçamento federal, atualizado diariamente

+105 mi
de visitas

17 mi
de usuários

+1,18 bi
de consultas automáticas aos dados por API

O QUE DÁ PARA CONSULTAR NO PORTAL

QUANTO O GOVERNO GASTOU?

- Orçamento
- Despesas Públicas
- Cartões de Pagamento

PARA ONDE FOI O DINHEIRO?

- Recursos Transferidos
- Emendas Parlamentares
- Estados e Municípios
- Convênios e Outros Acordos

QUEM RECEBEU?

- Pessoas Jurídicas
- Pessoas Físicas
- Benefícios ao Cidadão

O QUE O GOVERNO COMPROU?

- Licitações
- Contratos
- Notas Fiscais

QUANTO ARRECADOU E QUANTO DEIXOU DE ARRECADAR?

- Receitas Públicas
- Renúncias Fiscais

E OS SERVIDORES PÚBLICOS?

- Servidores e Pensionistas
- Viagens a Serviço
- Imóveis Funcionais



Foto: Ricardo Stuckert/PR

O QUE FICOU MAIS VISÍVEL

EMERGÊNCIAS

R$ 60,9 bi

na reconstrução do Rio Grande do Sul após as enchentes de 2024.

COP 30

R$ 4,2 bi

investidos em Belém para a realização da Conferência do Clima.

BENEFÍCIOS SOCIAIS

R$ 655,75 bi

pagos pelo Novo Bolsa Família, Pé-de-Meia e Gás do Povo. Esses benefícios já nasceram com transparência desde o início, com os pagamentos detalhados no Portal.

EMENDAS PARLAMENTARES

R$ 46 bi

em emendas coletivas (2020-2026), identificando desde os parlamentares que apoiaram cada indicação até a prestação de contas da aplicação do recurso. Avanço construído com o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.

RENÚNCIAS FISCAIS

R$ 1,25 tri

em benefícios tributários a 77,5 mil empresas (2015-2024), detalhados por empresa.

Perfil público
@perfil · jul. 2026
Top coisas que amo fazer: fuçar o **Portal da Transparência**

PORTAL COMBATENDO A DESINFORMAÇÃO

Posts públicos em redes sociais, julho de 2026.

Perfil público
@perfil · jul. 2026
"Está no **Portal da Transparência**, não confie nesses sites ruins."

Perfil público
@perfil · jul. 2026
"E se não acredita em mim, é só ir no **Portal da Transparência**."

Perfil público
@perfil · jul. 2026
"Você não sabe achar isso no **Portal da Transparência** do governo federal? As emendas estão todas detalhadas lá."



O QUE TODO ÓRGÃO FEDERAL DEVE MOSTRAR NO SEU SITE

PÁGINAS DE GOVERNO

Quais são as metas, os resultados e a prestação de contas de cada órgão federal?

Todos os órgãos e entidades federais devem publicar um conjunto de informações obrigatórias na seção padrão de Acesso à Informação dos seus sites. A CGU orienta, monitora o cumprimento dessas obrigações, aponta o que está faltando e acompanha a correção.

93%

de cumprimento das obrigações de transparência ativa: **o melhor resultado já registrado**

▲ 16 pontos

acima de 2023, quando o cumprimento era de **77%**

+300

órgãos e entidades monitorados

49

obrigações: um piso, não um teto

O QUE VOCÊ ENCONTRA NA SEÇÃO DE ACESSO À INFORMAÇÃO DOS SITES?

INSTITUCIONAL

- Quem ocupa os cargos de direção, com currículo e contato
- A agenda de compromissos de quem dirige o órgão
- A estrutura organizacional e as competências

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Ouvidoria, audiências e consultas públicas, conselhos e conferências

AÇÕES E PROGRAMAS

- A carta de serviços ao cidadão

AUDITORIAS

- A prestação de contas e os relatórios de auditoria

INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS

- A lista das informações classificadas, desclassificadas e como solicitar a desclassificação

Conheça o Guia de Transparência Ativa, com todas as obrigações e o checklist para órgãos e entidades do governo federal.



INFORMAÇÃO QUE VIRA PESQUISA, REPORTAGENS, NEGÓCIOS, APP...

DADOS ABERTOS

Foto: Kenzo Suzuki/CGU

A sociedade pode usar os dados públicos para os seus próprios projetos. Dados abertos são dados disponíveis na internet em formato legível por máquina, sob licença que permite seu livre uso, reúso e cruzamento, bastando citar a fonte.

No Dados.gov.br, os órgãos catalogam suas bases, conforme compromissos assumidos em seus planos de dados abertos. Qualquer pessoa pode baixar, utilizar e avaliar esses dados e participar da comunidade. Além disso, o portal abriga o Catálogo Nacional de Dados, que mostra quais bases o governo federal tem, inclusive as que não estão abertas, ajudando a aperfeiçoar a governança de dados no Brasil.

20 mil
conjuntos de dados no Portal

309
organizações publicadoras

175
reúsos catalogados

QUEM USA: Pesquisadores, jornalistas, organizações da sociedade civil, empresas e qualquer pessoa curiosa.

ACESSE O DADOS.GOV.BR

ACOMPANHE OS PLANOS DE DADOS ABERTOS DO GOVERNO FEDERAL

CONHEÇA SOLUÇÕES DESENVOLVIDAS COM REÚSO DE DADOS

VOCÊ SABIA? O Dados.gov.br está aberto à participação gratuita de estados, municípios e outros Poderes.

VOCÊ PERGUNTA, O GOVERNO RESPONDE

PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO



A LAI garante que qualquer pessoa possa pedir informação ao governo sem precisar explicar por quê.

480 mil
pedidos respondidos no período

<14 dias
de tempo médio de resposta

99,8%
dos pedidos respondidos

97,6%
dos pedidos respondidos no prazo

60 mil
pessoas físicas e jurídicas fazem pedidos, em média, a cada ano

A MAIORIA DOS PEDIDOS É ATENDIDA



** Informação inexistente no órgão, órgão não competente para o tema, pergunta duplicada ou que não configura pedido de acesso à informação.*



APOIO A QUEM RESPONDE

A CGU apoia os órgãos federais na implementação da Lei de Acesso à Informação.

- A QualiLAI avaliou a qualidade das respostas de 36 ministérios e apontou melhorias a cada um.
- Os servidores que respondem aos pedidos foram capacitados.
- A RedeSIC apoiou os Serviços de Informação ao Cidadão dos órgãos federais.


Foto: SO Johnson/FAB

ACESSO É A REGRA, SIGILO É A EXCEÇÃO

Toda negativa de acesso à informação pública precisa ser explicada e fundamentada em lei.

DISCORDOU DA RESPOSTA? CABE RECURSO.

Pedido ao órgão › **1ª instância** chefia de quem respondeu › **2ª instância** autoridade máxima do órgão › **3ª instância** CGU › **4ª instância** Comissão Mista de Reavaliação de Informações

CGU: A 3ª INSTÂNCIA RECURSAL DA LAI

Nas duas primeiras instâncias, o diálogo se dá entre o cidadão e o órgão. Sem consenso, o cidadão pode pedir que a CGU avalie o caso.

No início do ciclo, a CGU revisou 178 decisões anteriores, e 86 foram alteradas para conceder o acesso. Um parecer referencial e 14 enunciados da CGU uniformizaram a aplicação da LAI.

8.376
recursos julgados

DADOS PESSOAIS PROTEGIDOS, INTERESSE PÚBLICO GARANTIDO

Desde 2025, o sistema exige a indicação do prazo de restrição para dados pessoais. Quando não há indicação, presume-se o prazo de 15 anos, o que reduziu drasticamente o uso do sigilo de 100 anos no governo federal.

A CGU desenvolveu e disponibiliza uma ferramenta de tarjamento automático, que ajuda os servidores a proteger só os dados necessários, liberando o acesso ao resto do documento.

A CGU e a ANPD estão elaborando o Guia de Transparência e Proteção de Dados Pessoais.

+6 mil
servidores capacitados

–27,7%
de negativas por dados pessoais em 2026, em comparação com o mesmo período de 2022

INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS

A LAI estabeleceu que, quando a divulgação puder pôr em risco a sociedade ou o Estado, a informação pode ser classificada, por tempo limitado, como reservada, secreta ou ultrassecreta. Desde 2023, a CGU monitora as informações classificadas no governo federal e os prazos de desclassificação.

39.468
notificações enviadas aos órgãos no monitoramento

PARA QUE A LAI CHEGUE A TODOS OS MUNICÍPIOS

EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



Fo

A LAI vale em todo o país. Estados e municípios de todas as regiões se esforçam para torná-la realidade, mas ainda há muita desigualdade no acesso à informação em nível local. Para que todos os brasileiros se beneficiem da LAI, a CGU, contando com suas superintendências regionais, apoia estados e municípios na melhoria de suas políticas de transparência, acesso à informação e governo aberto.

SE VOCÊ É GESTOR ESTADUAL OU MUNICIPAL, SEU GOVERNO PODE:

1 Usar as ferramentas digitais

federais Informa.BR, Portal Brasileiro de Dados Abertos e Catálogo Nacional de Dados estão abertos para adesão.

2 Capacitar suas equipes

Nos cursos disponibilizados pela CGU na Escola Virtual de Governo.

3 Participar da RedeLAI

Criada pela CGU em 2024, reúne governos, sociedade civil e academia para compartilhar soluções e experiências.

4 Preencher a autoavaliação

E acompanhar o Mapa Brasil Transparente.

CONHEÇA A REDELAI E TRAGA O SEU GOVERNO



Foto: Kenzo Suzuki/CGU

ESTADO E SOCIEDADE CONSTRUINDO JUNTOS

GOVERNO ABERTO

Governo aberto é uma forma de governar tornando as informações acessíveis, abrindo espaço para a participação da sociedade e respondendo às suas demandas.

PROTAGONISMO DESDE O INÍCIO

O Brasil, membro fundador e protagonista na criação da Parceria para Governo Aberto (OGP), em 2011, tem uma Política Nacional de Governo Aberto e já está no sexto ciclo de seus planos de ação.

DIÁLOGO PERMANENTE

30 de 41 membros do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC) vêm de fora do governo, graças à ampliação da participação da sociedade em 2023. A SNAI mantém diálogo frequente com os membros.

ENCONTROS QUE MOBILIZAM

A Semana de Governo Aberto, a Semana Dados.BR, os seminários de aniversário da LAI e os encontros da RedeSIC reúnem, todos os anos, gestores, sociedade civil e pesquisadores para discutir caminhos de aperfeiçoamento das políticas de transparência e acesso à informação, dados abertos e governo aberto.

PLANO DE AÇÃO

Nos planos de ação nacionais, governo e sociedade civil definem juntos os desafios, constroem os compromissos e acompanham os resultados. O 6º Plano está vigente de 2024 a 2027.

ACOMPANHE O PLANO DE AÇÃO DE GOVERNO ABERTO

PROTAGONISMO INTERNACIONAL

NO MUNDO

O Brasil dialoga com outros países para que a política de transparência e acesso à informação continue evoluindo diante de novos desafios e oportunidades.

PARCERIA PARA GOVERNO ABERTO

O governo federal copresidiu a OGP de outubro de 2025 a outubro de 2026, ao lado da queniana Steph Muchai, representante da sociedade civil.

REDE IBERO-AMERICANA

O Brasil integra o Conselho Diretivo da Rede Ibero-Americana de Transparência e Acesso à Informação (RTA), cujo encontro anual sediou em 2024, e realizou a América Aberta, também em 2024.

UNESCO, OCDE E ICIC

Na UNESCO, na OCDE e na Conferência Internacional de Comissários de Informação (ICIC), o Brasil contribui para avançar a pauta da transparência e do acesso à informação.

FELLOWSHIP COM A OEA

Com a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil apoiou, em 2025, 25 jovens lideranças locais por meio do Fellowship de Governo e Dados Abertos dedicado ao clima.

RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

Nas avaliações da OCDE, o Brasil aparece acima da média dos países-membros em acesso à informação e em dados abertos.

ACESSO À INFORMAÇÃO
OCDE, Public Integrity Indicators

78% Brasil 72% média OCDE

DADOS ABERTOS
OCDE, OURdata 2025

0,70 Brasil 0,53 média OCDE

8º no mundo · 1º na América Latina

LAI 15 ANOS: O QUE VEM PELA FRENTE

VISÃO DE FUTURO

Em 2027, a Lei de Acesso à Informação completa 15 anos de vigência. É hora de reconhecer o que foi construído, identificar desafios e apontar o próximo passo.

1 TRANSPARÊNCIA COMO PROTEÇÃO DA DEMOCRACIA

Informação oficial acessível, pronta para checar e reutilizar por pessoas ou por máquinas, contribui para um debate público saudável e bem informado, para a integridade da informação e para o combate à desinformação.

2 TRANSPARÊNCIA COMO CAPACIDADE ESTATAL

A transparência precisa que a governança da informação do governo federal dê conta da missão: gestão documental, governança de dados, proteção de dados pessoais e segurança da informação pensadas juntas, desde o desenho de cada política.

3 TRANSPARÊNCIA COMO DIÁLOGO FEDERATIVO

O governo federal e a RedeLAI devem ajudar a fortalecer a transparência e a fazer da LAI uma realidade em todos os municípios do país, contando com o apoio de ferramentas digitais como o Informa.BR e o Dados.gov.br.

4 TRANSPARÊNCIA PARA MAIS COLABORAÇÃO

A transparência é ainda mais útil quando informa processos de participação social, para tornar a gestão pública ainda mais responsiva à sociedade. Essa é a agenda do governo aberto.

ISSO É SEU. USE AGORA.

Aponte a câmera do celular e comece!

INFORMA.BR

Pergunte o que você quer saber

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Siga o dinheiro público

DADOS.GOV.BR

Baixe, reuse e crie

GUIAS E ORIENTAÇÕES

Deixe o seu órgão em dia com as recomendações da CGU

PAINEL LAI

Confira o desempenho do governo no acesso à informação

BUSCA LAI

Veja o que o governo já respondeu a outras pessoas

REDELAI

É gestor ou gestora? Venha para a rede

MAPA BRASIL TRANSPARENTE

Veja como está seu estado e seu município

snai@cgu.gov.br · gov.br/cgu

cguonline · cguoficial · cguoficial · cguonline · cguoficial

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO